

OS CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL:

as relações entre motivações, capacidades e uso de internet¹

THE DETERMINANTS OF POLITICAL PARTICIPATION IN BRAZIL:

the relations between motivations, capacities and use of the internet

Jaqueline Resmini Hansen ² e Ednaldo Ribeiro ³

Resumo: *Esta pesquisa tem como objetivo compreender como o uso da internet e as dimensões do voluntarismo cívico interagem na explicação da participação política. Para isso, tomamos o Brasil como estudo de caso e, com os dados do Projeto de Opinião Pública Latino-Americana, montamos modelos de regressão logística para discutir a associação com o uso da internet e as dimensões de recursos, motivações e redes. Avançamos nessa análise com uma Análise de Mediação para discutir se o ambiente on-line tem uma função de mecanismo, para isso usamos a dimensão do voluntarismo cívico como variáveis causais e o uso da internet como mediador. Os resultados mostraram que o uso da internet é uma dimensão com impactos positivos no comportamento de protesto e negativa para o comparecimento eleitoral, mas a simples inclusão no ambiente online não tem uma função de mecanismo para entender a participação política. Esses resultados trazem embasamento empírico para a tese de que a dimensão online tem interação com outras dimensões e o impacto da internet no engajamento ocorre e diferentes formas e em diferentes direções.*

Palavras-Chave: *Internet. Participação Política. Condicionantes*

Abstract: *This research have the aim of understanding how internet use and the dimensions of civic voluntarism interact in the explanation of political participation. For this, we took Brazil as a case study and with the data from Latin American Public Opinion Project we set up logistic regression models to discuss the association with use of the internet and the dimensions of resources, motivations e networks. We advance in these analyse with a Mediation Analysis to discussing if the online environment has a function of mechanism, for that we use the dimension of civic voluntarism as causal variables and the use of the internet as a mediator. The results shown that internet use is a dimension with positive impacts to protest behavior and*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Cultura política, comportamento e opinião pública do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 15 a 17 de maio de 2019.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: jaqueline.hansen@live.com

³ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: ednaldorip@gmail.com

negative for electoral attendance, but the simple inclusion on online environment does not have a function of mechanism to understand political participation. These results bring empirical grounds for the thesis that the online dimension has interaction with other dimensions and the impact of internet on engagement occur in different ways and in different directions.

Keywords: *Internet. Political Participation. Determinants.*

1. Introdução

O surgimento de tecnologias de informação e comunicação, a expansão da inclusão digital e os tipos de experiências vividas no ambiente online nos últimos anos trouxeram novas mudanças na vida social e política das sociedades contemporâneas. A estrutura da rede na qual a internet se desenvolve alterou as formas de estruturação da comunicação, tendo um papel importante no processo de aprofundamento da desterritorialização iniciado por tecnologias como o telefone, e trazendo mudanças significativas para a sociedade que se expressam em todos os campos, inclusive na política.

Diante disso, as novas tecnologias de comunicação e informação são colocadas como uma questão a ser considerada nos estudos que abordam a democracia e a participação política. A presente pesquisa busca debater o papel da inclusão digital no entendimento do ativismo político, uma vez que atualmente as oportunidades de voz no espaço público são afetadas pela inclusão digital (BENTIVEGNA, 2006; CASTELLS, 2004, 2010; NORRIS, 2001; SCHLOZMAN, VERBA e BRADY, 2012).

Diante deste cenário a presente pesquisa indaga sobre os efeitos da inclusão digital nas diferentes modalidades de participação política, procurando debater o quanto o uso de internet se relaciona com as dimensões já identificadas como condicionantes da participação política. Para isso, tomamos o Brasil como caso de análise, pois de acordo com Comitê Gestor da Internet, apesar de na última década o número de usuários ter mais que dobrado ainda existem cerca de 26% da população que nunca acessou a rede. Deste modo, neste artigo, apresentamos a discussão teórica acerca dos condicionantes da participação política, acerca das

relações entre inclusão digital e participação política e realizamos um exercício empírico para debater o quanto o uso de internet é uma dimensão que se associa com os condicionantes já consagrados pela literatura sobre engajamento cívico.

2. O Modelo do Voluntarismo Cívico e os Condicionantes da Participação Política

Verba, Schlozman e Brady (1995) apresentam uma compreensão dos condicionantes individuais da ação política em uma perspectiva multidimensional. É importante salientar que os autores consideram participação política todas as atividades que os cidadãos realizam tanto para informar ao governos suas necessidades e preferências, quanto para pressioná-los, assim, uma particularidade do modelo proposto é que cada uma das três dimensões de fatores explicativos impactam de forma diferenciada distintas modalidades de ativismo.

De acordo com o modelo dos autores a participação política ocorre em função de motivações e capacidades, e assim, os indivíduos que tomam parte na vida pública, o fazem porque podem, porque querem e por que são convidados por estarem imersos em redes de recrutamento. Tais dimensões podem ser identificadas como o aspecto causal da participação política, entretanto, a sofisticação do modelo está não apenas em identificar os fatores causais, mas também demonstrar o mecanismo. Recursos, engajamento e redes causariam participação política ao permitirem o desenvolvimento e incremento de habilidades comunicacionais e organizacionais que se revertem em habilidades cívicas.

Os autores demonstram que a dimensão dos recursos envolve possuir tempo e/ou dinheiro para investir em participação política, mas também abarca a posse de habilidades cívicas. Como tempo e dinheiro estão distribuídos de maneira desigual entre a população, já que estão intimamente relacionados a questões socioeconômicas, essa dimensão carrega consigo o peso da desigualdade social que se reflete em assimetrias na ativação de diferentes tipos de participação e, por fim, em desigualdades de representação.

Os recursos de tempo e dinheiro também estão relacionados com o mecanismo, afetando a construção das habilidades. A escolaridade, fator que pertence dimensão dos recursos e do poder participar, é associada a capacidade de

transformar informações em conhecimento, isto é, ao desenvolvimento da literacia que por sua vez é relacionada a construção de capacidades que influenciam engajamento psicológico e, portanto, o querer participar, como maior interesse por política e maior percepção de eficiência política.

Segundo os autores a dimensão de recurso de tempo e de habilidades combinada com o segundo componente do Modelo, a motivação subjetiva, ajudam a entender como a barreira socioeconômica pode ser um pouco relativizada. Outro ponto importante na relativização dessas desigualdades é o pertencimento a redes de recrutamento. Os autores apontam que o envolvimento em igrejas e associações, por exemplo, possui uma força positiva no combate a essa desigualdade. Os autores defendem que ao dedicar tempo para instituições religiosas e comunitárias, os indivíduos podem se tornar mais capazes de participar por melhorarem suas habilidades de comunicação e organização, desenvolverem interesse por questões coletivas e políticas, e se inserirem em redes de recrutamento. Assim, esses processos de socialização em instituições da vida adulta ajudam a desenvolver, e aumentar, um arsenal de habilidades que o indivíduo pode, se quiser, dedicar para atividades políticas. Esses ambientes como associações, trabalho e Igreja além de auxiliarem na formação cívica também oferecem oportunidades para que o indivíduo seja recrutado para ação.

Os autores reconhecem que as dimensões de recurso, capacidades cívicas e engajamento, se alimentam mutuamente, principalmente porque as diferentes modalidades de participação vão exigir diferentes combinações destas dimensões. Os autores também reconhecem que alta escolaridade e renda colocam uma vantagem inicial para os indivíduos que a possuem, de modo que eles acumulam vantagens participativas porque possuem todos os recursos - possuem dinheiro, possuem tempo, possuem habilidades - mas também possuem capacidades expressas em termos de engajamento psicológico com a política, mensurados pelos autores como interesse por política e sentimento de eficácia.

Assim, é preciso considerar que uma pessoa é ativa porque ela pode e possui os recursos para isso; porque ela quer e possui motivações individuais e engajamento com a política; e, por fim, porque ela está imersa em redes de

recrutamento, nas quais são motivadas e convidadas para atividades políticas. Além disso, é importante lembrar que essas dimensões causam participação porque favorecem o desenvolvimento de habilidades necessárias ao ativismo.

3. O ambiente online e suas relações com a participação política

Nos últimos anos muitos estudos têm sido desenvolvidos sobre a relação entre internet e política, por diferentes ângulos. Os primeiros se dividiam entre 1) interpretações otimistas que acreditam que a emergência do ambiente online poderia reviver o sonho da democracia direta; 2) interpretações pessimistas que acreditam que a tecnologia atrapalha o processo democrático; e 3) interpretações céticas que defendiam que nada mudaria, pois a tecnologia se adaptaria ao status quo vigente. A emergência dos trabalhos empíricos trouxe uma dose de realismo para tais interpretações, pois os pesquisadores começaram a perceber que a tecnologia possui tanto um lado positivo quanto um negativo (HANSEN e FERREIRA, 2018; TUCKER et all, 2018)

Os resultados divulgados têm mostrado que o impacto do uso da internet sobre o engajamento na esfera pública é distinto a depender tipo de ação, com maior efeito sobre o engajamento deliberativo (PARK e PERRY, 2008) e sobre o comportamento de protesto (NORRIS, 2001; NORRIS e CURTICE, 2006; THEOCHARIS e QUINTELIER, 2016; VALENZUELA, ARRIGADA e SCHERMAN, 2012; 2014). Por outro lado, pesquisas têm mostrado que renda e escolaridade ainda são importantes condicionantes do ativismo, mesmo quando considerado o acesso à internet (SCHLOZMAN, VERBA e BRADY, 2012; RIBEIRO, BORBA e HANSEN, 2019).

Assim, as pesquisas sobre internet e participação política ainda precisam definir com mais precisão a relação entre uso de internet e participação política, pois o ambiente online está em constante transformação e, como aponta Boulianne (2009), os estudos sugerem a existência de efeitos positivos, porém ainda permanece a questão de quanto eles são substanciais e como se relacionam com as dimensões já identificadas como importantes para participação.

O uso da internet está relacionado com os recursos, capacidades e motivações discutidos na seção anterior e a natureza dessa relação pode ter impacto

significativo sobre os padrões de ativismo político individual. Pippa Norris (2001) foi pioneira em apontar para a importância de entender e considerar os aspectos da divisão digital que separa pessoas conectadas e desconectadas e, por isso, se dedicou a entender como estar ligado à Internet afeta a participação. Seu trabalho mostra que o ambiente online tende a reforçar o ativismo dos mais ativos, principalmente por conta do peso das características socioeconômicas sobre o acesso ou não a internet. Todavia, aponta também que a rede pode colaborar para o fortalecimento de novos movimentos sociais e ações de protesto, que se beneficiam de sua lógica desterritorializada (NORRIS, 2001; NORRIS e CURTICE, 2006).

Entretanto, com o passar dos anos o acesso à internet foi se popularizando e seu uso se intensificando, principalmente em função dos smartphones. Eles propiciaram um uso contínuo da tecnologia e também tiveram um papel na modificação da própria tecnologia. Diante disso, atualmente alguns pesquisadores têm alertado que a superação da barreira estar conectado ou não, por si só não supera a divisão digital. Isso porque uma vez conectados não estão todos em ponto de igualdade de oportunidades do acesso e do uso que fazem a internet (CARDOSO, LANG e LAPA, 2013; MOSSBREGGER, 2009).

Além disso, como nos alertam Park e Perry (2008) e Tufekci (2014) é preciso considerar o que os indivíduos fazem online, ou seja, como eles usam o ambiente digital, no que eles prestam atenção e no que eles não prestam e quais as habilidades deles com o ambiente. A literatura já começou a identificar que o uso de internet e a proficiência nesse ambiente são perpassados pelas clivagens de escolaridade e renda (BEST e KRUEGER, 2006; SCHLOZMAN, VERBA e BRADY, 2012). A desigualdade de renda atua diretamente nos aspectos de acesso estrutural e atua também sobre a escolaridade, que por sua vez é diretamente relacionada com a literacia, ou seja, a capacidade do indivíduo de transformar informação e conhecimento. Essa capacidade faz com o cidadão consiga utilizar o ambiente online de forma mais interativa, com maior engajamento na produção de conteúdos e auxilia na construção de cidadania digital, sendo essa cidadania capaz de fomentar igualdade de voz e representação, e não a tecnologia per se (LIVINGSTONE, 2011, MOSSBREGGER, 2009). Por isso, é preciso entender que por

conta das continuidades entre ambiente online e off-line essas clivagens vão condicionar a forma e as experiências que as pessoas têm ao utilizar a internet (CARDOSO, LANG e LAPA, 2013; LIVINGSTONE, 2011; SPYER, 2017).

Portanto, o uso da internet está relacionado com as dimensões dos recursos e do engajamento subjetivo, que por sua vez também são dimensões relacionadas a participação política. Schlozman, Verba e Brady (2012) em obra mais recente tecem considerações acerca da relação entre a uso de internet e a participação política, assumindo que o ambiente online traz novos aspectos para pensar a organização e o ativismo político em razão da sua estrutura em rede, propícia para formação de grupos. Além disso, os pesquisadores apontam que o ambiente online possui uma alta capacidade de recrutamento de aderentes e simpatizantes, de tal modo que atualmente aqueles que não estão conectados não tem as mesmas condições de voz que aqueles que estão incluídos digitalmente. Assim, os autores apontam que apesar dessa possibilidade de inclusão de novos contingentes através do ambiente online, existe um aspecto reforçador proeminente, porque os contornos da divisão socioeconômica se expressam nos termos da divisão digital, de modo que esse ambiente, em um nível mais geral, parece não ser o disjuntor na relação de longa data entre status socioeconômico e participação política, pois mesmo que permita novas vozes, a desigualdade ainda prevalece fortemente. Por outro lado, apesar desta carga de pessimismo em relação às tecnologias digitais e suas ferramentas, os autores apontam a necessidade de que sejam melhor compreendidos os significados das mesmas nas maneiras como os indivíduos experimentam a política.

Partindo desta afirmação de Schlozman, Verba e Brady (2012), propomos uma abordagem que considere o uso de internet e a inclusão digital como uma dimensão a ser analisada em conjunto com as dimensões que condicionam o ativismo por eles elencadas na obra *Voice and Equality* (VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995). Assim, buscamos contribuir com este debate discutindo o como o uso geral da internet se relaciona com os condicionantes identificados pelo Modelo do Voluntarismo Cívico - recursos, engajamento e rede de recrutamento - na explicação dos diferentes tipos de ativismo.

4. Hipóteses e desenho da pesquisa

Considerando a literatura que trabalha com os condicionantes da participação política, bem como, o campo que trata das relações entre a inclusão digital e o comportamento político esta pesquisa busca discutir quais os efeitos da inclusão digital nos diferentes tipos de participação política no Brasil, país em que 26% da população afirma nunca ter utilizado a internet.

Diante disto, o presente artigo busca explorar como a variação entre estar conectado ou não está associado aos fatores que a literatura elenca como condicionantes da participação política. Aqui é importante ressaltar que entendemos que a simples inclusão digital não conduz necessariamente à participação política, portanto, buscamos verificar como a presença ou não neste ambiente é relacionada com as capacidades e motivações que são os fatores explicativos da engajamento cívico. Além disso, também ressaltamos que as expectativas em relação a esta primeira dimensão da divisão digital são mais céticas, pois como a literatura vem demonstrando, as nuances do ambiente digital são muitas e as experiências vividas no mesmo são distintas e atreladas à condição social e as características individuais. Considerando isto trabalhamos com duas hipóteses:

H1: A associação entre as dimensões do Modelo do Voluntarismo Cívico e da inclusão digital vão ser distintas a depender do tipo de participação em análise.

Esperamos que a influência da inclusão ao ambiente digital varie conforme o tipo de participação, pois como mostram Verba, Scholzman e Brady (1995) o fenômeno participativo é multidimensional e cada tipo de ação combina as dimensões de recursos e motivações de maneira diferentes. Além disso, esperamos que essa distinção ocorra em função também da complexidade da relação entre a inclusão digital e os fenômenos políticos, pois como Pipa Norris (2002) apontou, a emergência do ambiente online e de novos espaços de socialização e interação pode tanto ter efeitos positivos, negativos ou não modificar os padrões existentes. Por fim, ainda esperamos que as variáveis se combinam de maneiras distintas no entendimento do comportamento político, porque como pesquisas recentes mostram, o ambiente online possui uma força ambígua, pois ao mesmo tempo que pode favorecer a emancipação de novas vozes no sistema político e fortalecer o processo democrático, também atua como um instrumento de controle

desfavorecendo os processos de emancipação política e atuando como uma força antidemocrática (TUCKER et al, 2018).

Portanto, com essa primeira hipótese buscamos evidenciar e reafirmar a complexidade do fenômeno participativo, em que diferentes modalidades de ação combinam diferentes dimensões, e assim, com a dimensão do ambiente online não seria diferente, de modo, que também buscamos clarificar a complexidade das relações entre as dimensões que condicionam o comportamento político e a inclusão digital, e neste sentido, esperamos que o ambiente online apresenta associado às dimensões do voluntarismo cívico para o entendimento do comportamento político, quanto não se mostre importante neste entendimento.

Para trabalhar esta hipótese, usamos modelos de regressão logística, por conta da natureza qualitativa das nossas variáveis dependentes que mensuram a participação ou não em quatro modalidades - voto, audiências públicas, partidos e protestos⁴. Com isso, pretendemos identificar para qual tipo de atividade política a dimensão de uso da internet tem efeito, e com quais dimensões (recursos, engajamento e redes) ela se associa (HAIR et al, 1987).

Após essa primeira análise sobre as associações entre inclusão digital e as dimensões do Modelo do Voluntarismo Cívico e partindo do pressuposto que o estar conectado não é uma dimensão causal das diferentes modalidades que o comportamento político assume, avançamos na análise dos dados a fim de descortinar se a inclusão digital funcionaria como uma variável mediadora dos efeitos causais indicados pelo modelo, atuando assim sobre os mecanismos que levam a participação: as habilidades cívicas. Neste sentido, apresentamos a segunda hipótese:

H2: O primeiro nível da divisão digital, expresso na inclusão ao ambiente online por si só, apresentará efeitos de mediação das causas apenas para a dimensão dos recursos, e deste modo a inclusão digital não se configura como uma representante

⁴ As três variáveis de participação em audiências públicas, partidos ou movimentos políticos e protesto tiveram suas codificações originais, 1 uma vez por semana, 2 uma ou duas vezes ao mês, 3 uma ou duas vezes ao ano, 4 nunca modificadas para 0 não participa e 1 participa. Já a variável de comparecimento eleitoral teve sua codificação original, 1 comparecer às eleições e 2 não comparecer modificada para 0 não comparecer e 1 comparecer às eleições.

do mecanismo causal, e portanto, o simples acesso ao ambiente online não ajuda a construir habilidades.

Esperamos que a inclusão digital seja uma mediadora apenas dos efeitos dos recursos, pois, como a literatura nos mostra, os recursos de renda e escolaridade tem relação com a pessoa estar conectada ou não. Além disso, segundo os dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil para o ano de 2017, o uso diário de internet é maior entre aquelas que possuem maior escolaridade e pertencem às classes sociais mais altas. Assim, como não buscamos um efeito causal do ambiente online por si só, é plausível esperar que a dimensão dos recursos tenha também influência sobre estar conectado ou não, bem como, esperar que as dimensões de engajamento e redes não tenham relação com inclusão digital, mas sim com as dimensões mais profundas da divisão digital, ou seja, nas diferenciações de usos que os cidadãos atribuem ao ambiente. Deste modo, esperamos que os efeitos do ambiente online sobre a participação estejam relacionados aos efeitos causais identificados pelo Modelo do Voluntarismo Cívico, entretanto, não ocorrem em função desse nível mais geral, de modo que a inclusão ao ambiente online por si só não atua como um mecanismo causal no entendimento da participação. Sendo assim, a simples inclusão digital, dissociada daquilo que se faz no ambiente online e de como essa experiência se dá, não funciona como um mecanismo. Deste modo, o ambiente online por si só e de maneira generalizada não representa um ambiente de construção de habilidades cívicas e, portanto, não funciona como um mecanismo para a participação política.

Para discutir empiricamente esta hipótese trabalharemos com a abordagem da Mediação Causal que considera que um mecanismo causal como um processo, e portanto a “identificação de um mecanismo causal requer a especificação de uma variável intermediária ou um mediador que se encontra no caminho entre a variável tratamento e o resultado” (IMAE, KEELE, TINGLEY e YAMAMOTO, p. 765, 2011). Neste caso, as variáveis causais são compostas pelas três dimensões do modelo do voluntarismo cívico (recursos, engajamento e redes) a variável mediadora é o uso de internet e as dependentes são as quatro modalidades de participação política.

O material empírico usado nos testes vem do Latin America Public Opinion Project – LAPOP e dizem respeito ao contexto nacional para o ano de 2017. A medida de conexão é mensurada pela frequência de uso (diário, semanal ou mensal)⁵. No tocante às dimensões do voluntarismo cívico, os recursos sintetizados pela variável escolaridade, sabidamente relacionada com a renda no contexto nacional. Essa medida é construída de maneira binária, entre possuir ou não ensino superior⁶. A dimensão do engajamento subjetivo ou motivacional é mensurada pelo interesse por política, e esta variável é construída em uma escala de quatro pontos, começando com nenhum interesse por política, algum interesse, interessado e muito interessado por política⁷. Por fim, a terceira dimensão do voluntarismo cívico, relativa ao recrutamento, é operacionalizada pelo envolvimento dos entrevistados em organizações religiosas, participação em reuniões de pais e mestres e participação em associações de bairros. Deste modo, a variável de associativismo também é uma escala de quatro pontos, começando com a não participação e caminhando para a participação em uma, duas ou três dessas organizações⁸.

A seguir apresentamos os resultados de quatro regressões logísticas, uma para cada tipo de participação com as quatro dimensões presentes e a discussão de seus resultados. Na sequência expomos os testes de mediação causal.

5. Análise Multivariada

Para o comparecimento eleitoral, das variáveis do modelo do voluntarismo cívico, a relativa aos recursos aumenta em 363% a chances de comparecimento eleitoral. O pertencimento a redes de associativismo, por sua vez, aumenta em 21% a cada avanço na sua escala de quatro pontos. Já o acesso à internet apresentou efeito redutor de 19% a cada avanço em sua escala. A dimensão interesse por política não se mostra relevante, o que pode ser explicado pela obrigatoriedade do voto em nosso contexto.

⁵ A variável de uso da internet teve sua codificação modificada de 1 uso diário, 2 algumas vezes na semana, 3 algumas vezes ao mês, 4 raramente, 5 nunca para 0 nunca, 1 raramente, 2 algumas vezes ao mês, 3 algumas vezes na semana, 4 uso diário.

⁶ A variável de escolaridade teve sua codificação original medida de 1 a 17 que representam os anos de estudos completos modificada para 0 não possui ensino superior, correspondendo aos códigos de 1 a 15, e 1 possui ensino superior correspondendo aos códigos 16 e 17.

⁷ A variável interesse por política teve sua codificação original modificada de 1 muito interesse, 2 interessado, 3 algum interesse, 4 nenhum interesse para 0 nenhum interesse, 2 algum interesse, 3 interessado, 4 muito interessado.

⁸ As três variáveis que compõem a escala de associativismo tiveram suas codificações originais, 1 uma vez por semana, 2 uma ou duas vezes ao mês, 3 uma ou duas vezes ao ano, 4 nunca modificadas para 0 não participa e 1 participa.

TABELA 1
Condicionantes do Comparecimento Eleitoral

	B (erro)	Exp (B)
Intercepto	1,44*** (,201)	
Acesso à internet	-0,20*** (,043)	0,81
Escolaridade (Recursos)	1,53** (,471)	4,63
Interesse por Política (Engajamento)	0,06 (,069)	1,06
Associativismo (Redes de recrutamento)	0,19** (,075)	1,21
AIC	1461,8	

Fonte - LAPOP (2017)

Já para o comparecimento em audiências públicas a dimensão de recursos e acesso à internet não foram estatisticamente significativas. O interesse por política, diferentemente, aumenta em 50% a chances de participação nessa modalidade. Efeito semelhante foi encontrado para o pertencimento a redes de recrutamento, com cada ponto na escala aumentando em 69% a probabilidade. Esses resultados indicam que para esse tipo de participação os fatores mais importantes são a motivação individual e o pertencimento a rede de recrutamento, reafirmando a centralidade da dimensão motivacional, tanto individual quanto coletiva.

TABELA 2
Condicionantes do Comparecimento em Audiências Públicas

	B (erro)	Exp (B)
Intercepto	-3,15*** (,236)	
Acesso a internet	-0,04 (,045)	0,95
Escolaridade (Recursos)	0,51 (,276)	1,68
Interesse por Política (Engajamento)	0,40*** (,072)	1,50
Associativismo (Redes de recrutamento)	0,52*** (,083)	1,69
AIC	1234,6	

Fonte - LAPOP (2017)

Para participação em partidos ou movimentos políticos, as dimensões individuais de recursos e acesso à internet também não apresentaram significância estatísticas. As dimensões motivacionais de engajamento e recrutamento apresentaram efeito significativa e positivo (55% e 89%, respectivamente para cada ponto das suas escalas).

TABELA 3
Condicionantes da Participação em Partidos ou Movimentos Políticos

	B (erro)	Exp (B)
Intercepto	-2,98*** (,220)	
Acesso à internet	-0,05 (,041)	0,94
Escolaridade (Recursos)	-0,25 (,295)	0,77
Interesse por Política (Engajamento)	0,43*** (,068)	1,55
Associativismo (Redes de recrutamento)	0,63*** (,078)	1,89
AIC	1387,1	

Fonte - LAPOP (2017)

TABELA 4
Condicionantes da Participação em Protestos

	(erro)	Exp (B)
Intercepto	-4,03*** (,281)	
Acesso à internet	0,16** (,055)	1,18 18%
Escolaridade (Recursos)	0,30 (,287)	1,35
Interesse por Política (Engajamento)	0,51*** (,076)	1,66
Associativismo (Redes de recrutamento)	0,40*** (,088)	1,50 50%
	1095.7	

Fonte - LAPOP (2017)

Por fim, em relação ao comportamento de protesto o acesso à internet se mostrou estatisticamente significativo, com cada ponto avançado na escala aumentando em 18% a chance desse tipo de ativismo. A escolaridade não se mostrou relevante, mas o interesse afeta de forma positiva (em 66%) a probabilidade

de envolvimento. O mesmo ocorre com a medida de associativismo, que incrementa essa probabilidade em 50%.

Um aspecto importante que os resultados dos testes de regressão logística apontam diz respeito à combinação dos condicionantes para cada modalidade de participação, indicando que cada tipo de participação têm distintos condicionantes. Enquanto o associativismo se mostrou relevante em todas as modalidades, a dimensão dos recursos teve efeitos substanciais apenas no comparecimento eleitoral. Por outro lado, foi apenas nesta modalidade que a dimensão das motivações não foi estaticamente significativa. Já o acesso à internet apresentou efeitos negativos para o comparecimento e positivos para protesto. Estas diferenciações nas combinações e efeitos das dimensões em análise suportam a teoria de Verba, Schlozman e Brady (1995), que cada tipo de participação requer uma combinação diferente dessas dimensões, sendo isso parte da força explicativa do modelo. Os resultados parecem também indicar que a emergência dos ambientes online por si só não retiram a capacidade explicativa dessas dimensões do modelo.

Por outro lado, a importância da inclusão digital para as participações eleitorais e de protesto indicam para pertinência de se pensar o ambiente online como uma dimensão e sugerem a necessidade de compreender qual o seu papel junto as dimensões do Voluntarismo Cívico. Além disso, os resultados mostram que a conexão digital pode ser tanto positiva, quanto negativa ou não ter efeito.

6. Análise de Mediação Causal

Esta segunda parte da análise busca discutir a segunda hipótese que versa sobre a capacidade do ambiente online em mediar os efeitos causais da participação política. A nossa aposta é que a inclusão digital funcione como mediadora apenas da dimensão de recursos, de tal modo que não seja possível afirmar que a simples inclusão ao ambiente online torne o mesmo um ambiente de construção de habilidades. Assim, o primeiro modelo discute o quanto dos efeitos causais da escolaridade são diretos e o quanto são indiretos, por estarem influenciando o uso de internet e por consequência o comportamento político. Na tabela 5 vemos que apenas para o comparecimento eleitoral e para o protesto que os resultados foram estatisticamente significativos, então a inclusão digital está funcionando como

mediadora dos efeitos da escolaridade apenas para essas modalidades mais individualizadas.

Entretanto, esta mediação é matematicamente negativa, -3% para comparecimento eleitoral e - 1,5 % para protesto⁹. Portanto, parece que a inclusão digital afastou do comportamento politicamente ativo aqueles que tinham recursos socioeconômicos para isso. Esse resultado sugere que a inclusão digital está afetando a relação entre status socioeconômico e comportamento politicamente ativo, mas não de uma maneira a superar a relação de desigualdade participativa aproximando do comportamento ativo aqueles que não possuíam recursos. De forma inversa, a presença online minimiza os efeitos destes recursos sobre aqueles que o possuem afastando-os do comportamento ativo.

Apenas no comparecimento eleitoral todas as dimensões foram estaticamente significativas, indicando que existe um efeito direto do aumento da escolaridade sobre a chances de votar (16,6%). O seu efeito total é de 15%, entretanto a proporção mediada pela inclusão digital é negativa correspondendo a 19%. Assim, confirmamos parte de nossa primeira hipótese pois existe relação de interferência direta da dimensão dos recursos e a dimensão em estar conectado.

TABELA 5
Efeitos da Escolaridade mediados pelo uso de internet

	Comp_Eleitoral	Audiências	Partidos	Protesto
Efeitos Escolaridade mediados por Internet(1)	-,030***	-,005	-,007	-,015***
Efeitos Escolaridade diretos (3)	,166***	,079	-,042	,043
Efeitos totais (5)	,154***	,072	-,048	,061
Proporção de efeitos mediados (6)	-,196***	-,073	-,144	,252
Tamanho da amostra (N)	1427	1429	1422	1429

Fonte - Lapop - 2017

*<,10 **<,05 ***,001

Número de simulações=100

⁹ Como a variável de uso de internet é uma escala de quatro pontos o efeito de mediação da escolaridade pelo uso diário da internet é o resultado é a multiplicação de -3 por 4 para o comparecimento eleitoral e -1,5 por 4 para protestos

A tabela 6 apresenta os modelos que discutem a mediação pela inclusão digital do efeito do engajamento psicológico, ou seja, do interesse por política. Os resultados dos efeitos mediados foram significativos apenas para as modalidades de protesto e comparecimento eleitoral. No caso do comportamento de protesto o valor da mediação é muito baixo, quase nulo, 0,1% de modo que para esse tipo de comportamento não é possível afirmar que exista uma relação de mediação do interesse por política pela inclusão digital. Embora, no caso do comportamento de protesto a proporção dos efeitos mediados tenha se apresentado significativa e com o valor de 5,1%, este resultado significa que do total do 0,1% a proporção mediada pelo uso de internet é estes 5,1% e assim, não é um indicativo a favor da mediação. Além disso, os efeitos totais e diretos de interesse por política foram significativos nas modalidades de protestos - total 3,2% e diretos 3,1%-, comparecimento a audiências públicas - total 3,6% e diretos 3,7%-, e em participação em partidos - total 4,8% e diretos 5%. Esses resultados confirmam a relação de entre a dimensão do engajamento psicológico e o comportamento político e também fortalece o argumento que nestes três casos não existe relação de mediação por parte da inclusão digital uma vez que os efeitos totais e diretos possuem valores muito próximos.

TABELA 6
 Efeitos de Interesse por política mediados pela Internet

	Comp_Eleitoral	Audiências	Partidos	Protesto
Efeitos Interesse mediados por Internet(1)	-,007***	-,000	-,001	,001***
Efeitos Interesse diretos (3)	,011	,037***	,050***	,032***
Efeitos totais (5)	,003	,036***	,048***	,034***
Proporção de efeitos mediados (6)	-2,091	-,023	-,023	,051***
Tamanho da amostra (N)	1427	1429	1422	1429

Fonte - Lapop 2017

*<,10 **<,05 ***,001

Número de simulações=100

Em relação ao comparecimento eleitoral apenas a dimensão dos efeitos mediados pela inclusão digital se mostrou significativa, entretanto, novamente de

uma maneira negativa, assim o uso diário de internet retira 2,8% do efeito do interesse por política sobre o comportamento de ir às urnas. Essa mediação negativa da dimensão das capacidades e motivações individuais também é um indicativo de que a relação da inclusão digital com os comportamentos políticos mais individualizados é no sentido de afastar da ação política aqueles que teriam as capacidades e motivações para agir.

Por fim, a tabela 7 mostra que os efeitos do associativismo não estão sendo mediados pela inclusão digital, uma vez que eles não foram estatisticamente significativos. Por outro lado, em todas as modalidades de comportamento político, o efeitos totais e diretos do associativismo foram significativos e com valores muito próximos, o que indica a existência de efeitos sobre a participação que não estão sendo catalisados pelo uso da internet.

Diante disto, podemos confirmar em parte a nossa segunda hipótese, pois o ambiente online funciona como mediador nas dimensões dos recursos e do engajamento psicológico, porém de uma maneira negativa, o que indica que apesar de existir uma mediação ela não parece funcionar no sentido de construção de habilidades cívicas (VERBA, SCHLOZMAN E BRADY, 1995). Portanto, a inclusão digital por si só não parece representar o mecanismo que explica a ocorrência da participação política, mas por outro lado, apresenta indícios que podem ajudar a entender o afastamento dos indivíduos destes tipos de ações.

TABELA 7
Efeitos do Associativismo mediados por Internet

	Comp_Eleitoral	Audiências	Partidos	Protesto
Efeitos Associativismo mediados por Internet(1)	-,001	-,000	-,000	,000
Efeitos Associativismo diretos (3)	,034*	,053***	,076***	,037***
Efeitos totais (5)	,032*	,053***	,075***	,038***
Proporção de efeitos mediados (6)	-,059	-,003	-,003	,016
Tamanho da amostra (N)	1427	1429	1422	1429

Fonte: Lapop 2017

*<,10 **<,05 ***,001

Número de simulações=100

Além disso, é interessante notar que os testes mostram que as dimensões do voluntarismo cívico realmente possuem efeitos causais sobre algumas das modalidades de comportamento político, e também que os efeitos causais diretos foram significativos em todas as modalidades apenas para dimensão do associativismo, indicando a força causal do pertencimento a redes de recrutamento sobre o comportamento político, bem como a importância da noção de coletivo para a atividade política.

7. Discussão dos resultados

A partir dos resultados dos testes é possível ressaltar alguns pontos, primeiramente, o fato dos indivíduos serem hoje internautas não retira a importância do Modelo do Voluntarismo Cívico para o entendimento do comportamento político. Segundo, o teste de regressão logística nos mostra que existem associações entre a inclusão digital e as dimensões de capacidades e motivações no entendimento do comportamento político, entretanto essa associação acontece apenas em relação às atividades políticas mais individualizadas, e em sentidos positivos e negativos, indicando para a necessidade de cautela ao pensar os efeitos da internet sobre os comportamentos pois, eles podem ser tanto no sentido de fortalecimento democrático como não, sendo preciso entender como essa força ambígua funciona.

Um terceiro aspecto importante evidenciado pela Análise de Mediação Causal, é que existe uma relação de causalidade entre as dimensões do Modelo do Voluntarismo Cívico e o comportamento politicamente ativo. Entretanto, a simples inclusão digital não parece atuar no sentido de construção de habilidades, pois o efeito de mediação se expressa de maneira negativa, de modo que a inclusão digital não está potencializando os recursos individuais, pelo contrário parece diminuir seus efeitos e afastar do comportamento politicamente ativo aqueles que possuem recursos para tal. Portanto, o ambiente online *per se* não se caracteriza como uma variável mediadora e, por conseguinte, não é um desenvolvedor de habilidades. Deste modo, parece que no caso brasileiro, assim como Schlozman, Verba e Brady (2012) encontraram para o caso estadunidense, a inclusão digital não é um disjuntor da desigualdade participativa.

Além destes três aspectos mais pontuais, os resultados apontam para uma questão mais geral e mais sutil, relacionado às modalidades de participação em que a variável de inclusão digital apresentou alguma associação e/ou efeito, foram as modalidades de comparecimento eleitoral e de protesto, justamente as duas que são mais individualizadas em sua motivação e execução. Além disso, das três dimensões do Modelo do Voluntarismo Cívico as relações de mediação pela inclusão ao ambiente online ocorreram nas duas dimensões individuais, recursos e engajamento psicológico, e na dimensão mais coletiva representada pelas redes de recrutamento não houve significância estatística na mediação. Isto apresenta aspectos interessantes para pensar acerca das relação da inclusão digital e dos usos atribuídos ao ambiente online com a individualização da experimentação do processo político (BENNET e SEGERBERG, 2012; PAPACHARISLI, 2009; THEOCHARIS, 2015; TUFEKCI, 2014).

Assim, acreditamos que estes resultados podem estar relacionados com a mudança no paradigma da construção do bem comum identificado por Bennett e Segerberg (2012). Os autores defendem que a emergência dos megaprotesto na atualidade é perpassada por uma noção de bem comum que se desloca do nós para o eu, e que sua organização se centra nos sites de redes sociais, e, portanto, tem na comunicação em rede seu princípio comunicativo fundante. Não é que os autores estejam dizendo que organizações intermediárias como associações, sindicatos e movimentos sociais não tenha importância, a questão é que eles podem não ocupar mais papéis centrais. Tal individualização nos atos participativos de protesto já havia sido identificada por Norris (2001;2007), bem como os efeitos positivos da inclusão digital sobre as formas de participação ligadas ao protesto (NORRIS, 2001; NORRIS e CURTICE, 2006). Assim, parece que o diagnóstico traçado por Pipa Norris no início dos anos 2000 foi aprofundado com a emergência dos sites de redes sociais, focados em algoritmos que nos colocam em bolhas, ou seja, nos mostram aquilo que é de nosso interesse fortalecendo o ativismo de protesto que se gesta nestes ambiente e tem como ato final a ocupação das ruas em diversos locais ao mesmo tempo.

8. Considerações Finais

Os pontos mais fulcrais dos resultados dos testes dizem respeito à confirmação do potencial múltiplo do ambiente online, que tem efeitos positivos e negativos sobre a participação. Ao que tudo indica as transformações da última década do ambiente on-line, a emergência dos sites de redes sociais e da determinação dos conteúdos que visualizamos pelos algoritmos que nos mostram aquilo que desejamos ver, gera uma experiência no ambiente online cada vez mais focado no indivíduo, que por sua vez atua na individualização da experiência com o sistema político.

Isso é importante porque traz um novo paradigma de como os cidadãos se relacionam com o sistema político e pode até ser uma parte ou consequência da fênix democrática identificada por Norris (2002), o ativismo foi reinventado e influenciado pelo ambiente on-line pois este traz novos tipos de ativismo, e porque está relacionado aos determinantes da participação política, mostrando que a inclusão digital é uma dimensão importante para a compreensão de por que os cidadãos realizam ou não certas atividades políticas.

Referências

- BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. **The Logic of Connective Action: Digital Media and the Personalization of Contentious Politics**. New York: Cambridge, 2013.
- BENTIVEGNA, S. Rethinking Politics in the World of ICTs. **European Journal of Communication**, v. 21, n. 3, p. 331-343, July 2006.
- BEST, S.J.; KRUEGER, B. Analyzing the representativeness of internet political participation. **Political Behavior**, Vol. 27, No. 2, pp. 183-216. Jun., 2005. Disponível online em: <http://www.jstor.org/stable/4500191> Acesso em janeiro de 2010
- BOULIANNE, S. Does internet use affect engagement? A meta-analysis of research. **Political Communication**, 26:2, 193-211, 2009. Disponível online em: <http://dx.doi.org/10.1080/10584600902854363> Acesso em janeiro de 2015.
- CARDOSO, G.; LIANG G.; LAPA, T. Cross-national comparative perspectives from the World Internet Project. In DUTTON, W.H. (org) **The Oxford Handbook of Internet Studies**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2013
- CASTELLS, M. **A galáxia da internet: Reflexões sobre internet, negócios e sociedade**. Tradução de Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**; v. 1. Tradução: Roneide Venancio Majer e Klauss Brandini Gerhardt, 13ª reimpressão com novo prefácio. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2010.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET. **Survey on the Use of Information and Communication Technologies in Brazilian Households: ICT Households 2017**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2018. https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/tic_dom_2017_livro_eletronico.pdf
- HAIR, J. et. al. **Multivariate data analysis**. New York: Macmillan Publishing, 1987.
- HANSEN, J.R.; FERREIRA, M.A.S. Da polarização a busca pelo equilíbrio: as relações entre internet e participação política. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 9, n. 1, 2018.
- IMAI, K.; KEELE, L.; TINGLEY, D.; YAMAMOTO, T. Unpacking the black box of causality: learning about causal mechanisms from experimental and observational studies. **American Political Science Review**, vol 105, n 4 (November), pp. 765 -789, 2011.
- LAPOP. **Latin American Public Opinion Project**. Disponível online em: <http://www.vanderbilt.edu/lapop/>. Acesso em 21 de agosto de 2018.
- LIVINGSTONE, S. Internet Literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades online. **Matrizes**. São Paulo, ano 4, nº2, p. 11-42, jan/jun, 2011. Disponível online em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143018637002> Acesso em setembro de 2015.
- MOSSBERGER, K. Toward digital citizenship: addressing inequality in the information age. In CHADWICK, A. HOWARD, P. **The Routledge Handbook of Internet Politics**. New York, Routledge, 2009.
- NORRIS, P. **Digital Divide: civic engagement, information poverty and the internet worldwide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001..
- NORRIS, P. **Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- NORRIS, P; CURTICE, J. If you build a political web site, will they come? The internet and political activism in Britain. **International Journal of Electronic Government Research**, 2(2), 1-21, April-July 2006.
- NORRIS, P. Political activism: new challenges, new opportunities. In: BOIX & STOKES, D. **The oxford handbook of comparative politics**. Oxford: Oxford University Press, p. 628- 652, 2007.

PARK H. M and PERRY, J.L. Does internet use really facilitate civic engagement? Empirical Evidence from the American National Election Studies. In Bergrud, E. y Kaifeng, Y. (eds) **Civic Engagement in a Network Society** (pp. 237-269, Ch. 10) North Carolina: Information Age Publishing/IAP, 2008.

PAPACHARISSI, Z. The Virtual Sphere 2.0: the internet, the public sphere, and beyond. In CHADWICK, A. HOWARD, P. **The Routledge Handbook of Internet Politics**. New York, Routledge, 2009.

RIBEIRO, E.; BORBA, J.; HANSEN, J. R. Participação on-line e off-line no Brasil: relações e condicionantes. **Revista do Serviço Público, Brasília**, v. 67, n. 4, p. 497-523, out./dez. 2016. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1262/781>>. Acesso em: jan. 2017.

RIBEIRO, E.; BORBA, J.; HANSEN, J. R. Internet e Ativismo Político na América Latina e Caribe: Recursos individuais e oportunidades de acesso. **Civitas**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 261-280, jan.-abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30332>

SCHLOZMAN K. L.; VERBA, S; BRADY, H.E. Weapon of the Strong? Participatory Inequality and the Internet. In Schlozman K. L. y Verba, S. y Brady, H.E. **The Unheavenly Chorus: Unequal Political Voice and the Broken Promise of American Democracy**. (483-533, Ch. 16). Princeton: Princeton University Press, 2012.

SPYER, J. **Social Media in Emergent Brazil: How the internet affects social change**. London: UCL Press, 2017 DOI: <https://doi.org/10.14324/111.9781787351653>

THEOCHARISH, Y.; QUINTELIER, E. Stimulating citizenship or expanding entertainment? The effect of Facebook on adolescent participation. **New media & society**. 18(5), 817-836, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444814549006>

TINGLEY, D et all. "mediation: R Package for Causal Mediation Analysis." *Journal of Statistical Software*, , Vol. 59, No. 5 (August), pp. 1-38, 2014.

TUCKER, J.A ; THOCHARIS, Y.; ROBERTS, M.; BARBERÁ, P. From Liberation to Turmoil: Social Media and Democracy. **Journal of Democracy**. 28(4), 46-59.ç, 2017. DOI: 10.1353/jod.2017.0064

TUFEKCI, Z. The Medium and the Movement: Digital Tools, Social Movement Politics and the End of the Free Rider Problem. **Police and Internet**, v. 6, n. 2, p. 202-208, June 2014.

VALENZUELA, S.; ARRIGADA, A.; SCHERMAN, A. The Social Media Basis of Youth Protest Behavior: the Case of Chile. **Journal of Communication**, v. 62, n. 2, p. 299-314, April 2012.

VALENZUELA, S., ARRIGADA, A., SCHERMAN, A. Facebook, Twitter, and Youth Engagement: A Quasi-experimental Study of Social Media Use and Protest Behavior Using Propensity Score Matching. **International Journal of Communication**, vol. 8, 2014. p. 2046–2070.

VERBA S.; SCHLOZMAN K. L.; BRADY H.E. **Voice and Equality: civic voluntarism in American politics**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995